

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano IV nº 040 19/10/2009 - Fone: 3340 3081

Cotação de Preços (19/10/09)	R\$	Recortes
GRÃOS (Preço líquido pago ao produtor) Feijão Carioca ¹ - R\$ 65,00 - 75,00 / sc de 60 kg Milho ² - R\$ 17,00 / sc de 60 kg Soja ² - R\$ 38,00 / sc de 60 kg	→ ↑ ↓	Agricultura familiar emprega 75% da mão-de-obra e 38% do valor da produção O Censo Agropecuário traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira é retratada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país.
HORTALIÇAS ³ (Preço líquido pago ao produtor) Alface - R\$ 6,00 / cx de 7 kg Beterraba - R\$ 13,00/ cx 20 kg Cenoura - R\$ 9,00 / cx 20 kg Chuchu - R\$ 7,00 / cx 20 kg Couve Manteiga - R\$ 0,50 / (maço 500 g) Couve Flor - R\$ 25,00 / Dz Mandioca - R\$ 9,00 / cx 20 kg Morango - R\$ xxx / caixa (04 cumbucas de 350 g) Pimentão - Campo R\$ 10,00; Estufa R\$ 12,00 / cx 12 kg Quiabo - R\$ 18,00 / cx 12 a 14 kg Repolho - R\$ 7,00 / sc 20 kg Tomate - R\$ 32,00 / cx 20 kg	→ ↓ ↓ ↓ → ↓ → → → → →	Fonte: Agrosoft Estudo da Esalq avalia cultivares de batata para produção orgânica Na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP em Piracicaba, uma pesquisa avaliou cultivares de batata nacionais e estrangeiras para o sistema orgânico de produção. "Na atualidade, é limitado o esforço de pesquisa enfocando fertilização, adaptação de cultivares e manejo de pragas e doenças para sistemas orgânicos de cultivo da batata. Em geral, a produtividade na produção orgânica de batata é menor em comparação à obtida no sistema convencional, devido a cultura estar sujeita à inúmeras pragas, doenças e distúrbios fisiológicos", revela o agrônomo Fabrício Rossi.
FRUTICULTURA ³ (Preço líquido pago ao produtor) Goiaba - R\$ 28,00/ cx 20 kg Maracujá - R\$ 1,50 / kg Tangerina Ponkan - R\$ xxx/ cx 20 kg Limão - R\$ 30,00 / cx 20 kg	→ → xx ↓	Fonte: Agrosoft Capim Elefante Carajás, dupla aptidão: nutrição animal e geração de energia O novo cultivar de capim forrageiro, o Capim Elefante Carajás, lançado em janeiro pela Matsuda Sementes e Nutrição Animal, é destinado principalmente à alimentação de animais, oferecido in natura, picado no cocho ou em forma de silagem, para o período mais seco e frio do ano. O Carajás oferece ainda excelente potencial como matéria prima industrial e energética.
PECUÁRIA Bovino Arroba ⁴ - R\$ 72,00 Não Rastreado e R\$ xxxx Rastreado Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelrados) ⁵ - R\$ 550,00 Leite Litro ⁶ - Latão: R\$ --- ; Tanque: R\$ 0,80 Suíno ⁷ - Vivo Kg - R\$ 2,60 Aves ⁷ - Frango Vivo Kg - R\$ 1,52 -- Galinha Caípira ⁸ Unidade (± 1,7 Kg) - R\$ 22,00 Carneiro ⁹ Kg - R\$ 3,50 (Borrego) - carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha e carneiro para descarte - carcaça R\$ 5,80 Peixe ¹⁰ (Tilápia) (Preço líquido pago ao produtor) Kg - R\$ 2,85 Avestruz ¹¹ - vivo Kg - R\$ 3,00	↑ → → ↓ ↓ → → → →	Fonte: Agrosoft Em setembro, IBGE estima queda de 8,1% na safra de grãos A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deve somar 134,1 milhões de toneladas em 2009, 8,1% menor que a safra recorde de 2008 (146,0 milhões de toneladas) e 0,5% acima da estimada em julho (133,5 milhões de toneladas). É o que aponta a nona estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), de setembro. A elevação frente ao mês passado deve-se, especialmente, às reavaliações positivas ocorridas com o milho 2ª safra em Goiás, já que os cultivos de inverno, com destaque para o trigo, registram decréscimos. As três principais culturas, soja, milho e arroz, que respondem por 81,3 % da área plantada apresentam variações de +2,1%, -4,5% e +0,9%, respectivamente, em relação a 2008. Quanto à produção destes três produtos, apenas o arroz registra variação positiva (+4,2%). Já para a soja e o milho a previsão é de retração da produção em -5,1% e -13,4%, respectivamente.

Governo propõe “trocar” dívidas por florestas

O governo aposta em incentivos ao abatimento de dívidas agrícolas e no uso de áreas degradadas para convencer o produtor rural a investir na ampliação de áreas cultivadas com florestas no país. A proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos também cria alternativas para questões de mudanças climáticas, como pagamento por serviços ambientais, e de produção de energia a partir de fontes renováveis. O Programa Nacional de Floresta Plantada, em debate no governo, prevê dois modelos para a quitação da dívida rural dos produtores por meio da emissão de títulos lastreados em florestas plantadas ou da venda futura de créditos de carbono.

Pela proposta, os débitos rurais, estimados entre R\$ 36 bilhões e R\$ 130 bilhões, seriam equacionados com a constituição de sociedades de propósito específicos (SPEs) controladas por fundos compostos por produtores, indústrias de papel e celulose e outros investidores. Outra opção seria formalizar parcerias de longo prazo entre produtores e indústrias para a securitização de recebíveis das dívidas de produtores em mercado secundários. "Precisamos de terra para plantar, usar áreas degradadas e trocar dívidas pelo plantio de florestas", diz o ministro interino de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas.

Os "sinais do mercado", segundo ele, são de forte demanda no longo prazo. Vargas afirma haver concordância de produtores e ambientalistas em relação à troca de dívidas. "É um projeto 'ganha-ganha' e está muito avançado no governo". Os benefícios ambientais seriam relevantes. As reservas naturais do país em florestas plantadas, avalia, poderiam crescer dos atuais 5,3 milhões para 27 milhões de hectares em 2050. E a fixação de gases causadores do efeito estufa superaria 6 milhões de toneladas de CO₂ até lá. A expansão dessas florestas em áreas degradadas poderia ocupar 13 milhões de hectares adicionais até 2050.

Os estudos da SAE mostram que o mercado internacional de madeira e derivados passaria dos atuais US\$ 230 bilhões para algo entre US\$ 560 bilhões e US\$ 840 bilhões até 2020. "É um colosso de recursos para aproveitar. Hoje, temos apenas uma fatia de 3,2% disso. Só para manter nossa participação, teríamos que dobrar a produção no futuro", diz Vargas. A receita bruta da indústria, segundo projeções, saltaria de R\$ 30,6 bilhões, em 2009, para R\$ 168,5 bilhões até 2050. A arrecadação direta de tributos poderia aumentar sete vezes, para R\$ 60 bilhões, e a geração de empregos passaria de 710 mil para 1,6 milhão de vagas diretas.

A equipe da SAE tem mantido conversas reservadas com BM&F-Bovespa, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e empresas de base florestal e siderúrgicas para acertar os detalhes dos modelos do novo programa. O governo aposta em um mercado "sólido, crescente e comprador" no longo prazo.

Parte dos ambientalistas vê como positiva a iniciativa do governo. "Finalmente, começamos a cruzar a política de crédito agrícola com as políticas ambientais. Resta ver se haverá o vínculo mais importante, que é a regularização", diz Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil. Embora não tenha detalhes da proposta nem tenha sido consultada, a dirigente da ONG argumenta ser importante a criação de estímulos à regularização das propriedades, como o cadastro rural e o reflorestamento de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP).

O abatimento de dívidas em troca do cumprimento do Código Florestal, porém, é polêmico. Na avaliação de parte da sociedade civil, trata-se de "recompensar" aqueles que não cumpriram a lei. A TNC rejeita essa posição. "Estamos falando, na verdade, de algo adicional, de uma remuneração por serviços ambientais prestados", diz Ana Cristina, referindo-se à regulação do clima e à manutenção da água, entre outros pontos, garantidos pela floresta de pé. "Não vejo problema em pagar para a regularização. O governo não pagou para recolher armas ilegais? Por que não pode pagar para as florestas?"

A proposta do governo soa bem aos ouvidos de especialistas. A produção da indústria de base florestal cresceu 6% ao ano nos últimos 15 anos e precisa elevar a base produtiva para atender à crescente demanda. O preço da madeira registrou valorização de 250% desde 2000. Os estímulos ao produtor são atraentes.

"É um investimento sem vínculo com ativos financeiros, elimina problemas de armazenagem e dá ganhos de apreciação da terra", resume o consultor Marco Tuoto, da paranaense STCP Engenharia de Projetos. Mas há desvantagens. "O período de maturação é longo, resulta em baixa liquidez e imobilização de ativos, como a terra". O modelo serviria melhor, diz, para produtores das regiões Sul e Sudeste do país, além do sul do Nordeste. O eucalipto demora sete anos para maturar. O pinus leva entre 18 e 20 anos e a teca, de 20 a 25 anos. Incentivos como adiantamentos de recursos para plantio e certificação e monitoramento da produção seriam importantes para estimular a entrada de produtores rurais no negócio.

Fonte: Valor Econômico